

Participação e representação em novas estratégias políticas: tensões práticas e desafios teóricos

Philippe Scerb

Trabalho preparado para apresentação no VIII Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 7 a 11 de maio de 2018

A representação política seria improvável, para não dizer impossível, em um mundo sem classes. Transformações nas relações de produção e seus efeitos deletérios sobre identidades políticas capazes de ordenar o conflito social por meio de instituições representativas fundamentam, geralmente, esse tipo de enunciado. Depois de um período de relativa estabilidade de ideias e organizações apoiadas em um conjunto objetivo de interesses, a multiplicação das diferenças reivindicadas por grupos e indivíduos inviabilizaria um arranjo institucional calcado na formulação de visões de futuro minimamente coesas (Rosanvallon, 2006). Com efeito, conceitos como multidão (Hardt e Negri, 2005), valores pós-materiais (Inglehart, 1977), singularidade (Rosanvallon, 2011), subjetividade contábil (Dardot e Laval, 2016), entre outros, concorrem ou se combinam em descrições de uma tendência à fragmentação do tecido social que minaria o alcance de projetos afirmativos do político, a confiança em instituições hierárquicas e a própria possibilidade da representação. Abundariam, então, os sinais de esgotamento histórico dos partidos políticos tal como os entendemos (Saward, 2010; Badiou, 2012).

O ciclo de revoltas populares que atingiu diferentes lugares do mundo e no Ocidente teve como alvo privilegiado as instituições representativas, entre 2011 e 2013 e com reflexos esparsos até hoje, reforçou o diagnóstico de crise profunda da democracia liberal, cuja institucionalidade seria incapaz de absorver tanto as demandas materiais dos subalternos quanto as novas subjetividades da multidão¹. O desgaste dos partidos tradicionais e o sucesso de candidatos e forças eleitorais essencialmente críticos ao arcabouço liberal só fez aumentar o sinal de alerta quanto à dimensão das ameaças².

¹ Para o conceito de multidão, ver Hardt e Negri, 2005

² Os exemplos são numerosos e vão da eleição de Trump, nos EUA, à votação do Brexit, no Reino Unido

Frente à decepção com os resultados oferecidos pelas instituições representativas e pela “globalização”, a alternativa única e imediata, ventilada por comentaristas comprometidos com o modelo liberal de democracia, seria o autoritarismo de cunho nacionalista. Contudo, contrariando análises e expectativas³, boa parte dos movimentos que tomaram as ruas de cidades como Madri, Nova York, São Paulo e Istanbul no início desta década para condenar, de diversas formas, a articulação entre a institucionalidade democrática e os avanços recentes do capitalismo, não esboçou em suas práticas subsequentes uma oposição fundamental entre participação e representação. Diferentemente do participacionismo de primeira geração (Pateman 1993 [1970]), informado pela rejeição dos “novos movimentos sociais” dos anos 70 à disputa eleitoral, a demanda por aprofundamento da democracia observada nos discursos e na ação desses atores contemporâneos implica participação direta, mas reconhece a representação política e a construção de uma nova institucionalidade como condições indispensáveis para a radicalidade⁴. É, então, pela luta “por fora” e “por dentro” do Estado, da articulação substantiva entre participação e representação e entre resistência cotidiana e alternativa global – partido e práticas - que se vislumbra a superação da dominação e das instituições centrais da democracia liberal.

No entanto, mesmo diante do potencial de recuperação de um horizonte democrático pela conexão entre disputa institucional, resistência extrainstitucional e relações de produção, diluída junto com os partidos de massa (Saward, 2010), a teoria política dominante oferece poucos caminhos para o exame desse fenômeno. Apesar de contribuições recentes contestarem a compreensão da participação e da representação como categorias antagônicas, o entendimento dominante continua pautado num tipo excludente de razão dualista. É difícil, mesmo a partir das elaborações mais recentes da literatura (Urbinati, 2006; Saward, 2010; Young, 2006), sobrepor analiticamente práticas políticas representativas e participativas. Os âmbitos institucional e extrainstitucional da disputa continuam recebendo tratamentos díspares e desconectados, o que reifica uma fronteira epistemológica que ignora a interdependência dessas dimensões e impossibilita a compreensão de experiências situadas justamente nessa intersecção. O objetivo deste trabalho não é meramente

³ Para uma leitura autonomista desse ciclo de revoltas, ver Graeber, 2015

⁴ Nesse sentido, ver a apreensão da obra de Ernesto Laclau pelos quadros do partido espanhol Podemos, por exemplo em Errejón, Iñigo. 2015

apontar, e ainda menos justificar, o elemento representativo da prática política desses movimentos – de fato comumente negligenciado por motivos analíticos ou normativos. O que inspira esse esforço exploratório é contribuir para a compreensão do fenômeno e do seu potencial de desestabilizar cânones teóricos da representação. Com esse propósito, trataremos, em um primeiro momento, os limites da literatura. Em seguida, uma breve exposição de um caso atual tentará demonstrar os problemas de uma compreensão dual de práticas de representação e participação. Por fim, contribuições estranhas à teoria política convencional serão chamadas para apontar caminhos possíveis de reflexão acerca dessas práticas políticas que articulam e sobrepõem participação direta e mecanismos de representação.

Os cânones teóricos da representação política e os limites da exclusividade

A visão corrente acerca da representação política, denominada por muitos de liberal, por outros de elitista, e que se sobrepõe à teoria democrática minimalista, é menos uniforme do que se costuma sugerir, como mostrou Hanna Pitkin (1984 [1967]). No entanto, predomina, nas diversas expressões dessa visão, a ideia de que a representação política é uma representação de indivíduos e de seus respectivos interesses e vontades. Na tradição que reúne Michels, Mosca, Pareto, posteriormente, Weber e alcança autores como Schumpeter e Dahl, o mundo político - essencialmente, as instituições que distribuem e organizam o poder - se descola do restante do mundo social e, por dinâmicas relacionadas à burocratização e à pressão por racionalização e eficiência, mas, em última instância, à opção por um governo como atividade de minorias, é reduzido a um sistema de escolhas que ignora as clivagens sociais e os processos de formação de preferências (Miguel, 2013).

O trabalho seminal de Pitkin constitui, assim, um claro avanço para uma melhor compreensão do complexo fenômeno da representação política. Com efeito, a autora sistematizou diversas faces da representação, evidenciando suas dimensões formais, mediadas pela autorização e o controle, e sua dimensão de ordem substantiva, que privilegia a relação entre representante e representado de forma a outorgar prevalência ao último. A contribuição de Pitkin é inegável ao contestar a posição passiva que a perspectiva minimalista atribui ao representado, cuja ação se restringe quase que

exclusivamente ao voto. Na elaboração da autora, os eleitores “agem por meio de seu governo, e não são meramente receptores de suas ações” (Pitkin, 1984: 232). Contudo, o reconhecimento do caráter subjetivo do interesse e plural das *constituencies* atribui um nível razoável de autonomia ao representante. No limite, o trabalho de Pitkin não resolve completamente o dilema mandato-independência e faz uma opção pela representação em detrimento da participação e pela discricionariedade do representante face às vontades subjetivas do representado. É claro, para a autora, que representação supõe agência de ambos os atores da relação e que a responsividade deve garantir a participação do principal como base dessa relação. Porém, essa operação é pouco desenvolvida. Os mecanismos que parecem determinar, para Pitkin, o caráter substantivo da representação são, finalmente, as instituições políticas - em especial, o voto. Ou seja, a face formalista criticada por sua parcialidade no início do livro volta como elemento imprescindível para a boa representação. De fato, o esforço de Pitkin corre no sentido de postular a sobreposição entre as diferentes visões da representação, mas ela é pouco exitosa em demonstrar as possibilidades de conexão entre elas, notadamente entre as dimensões formal e substantiva.

O problema é que, além da dificuldade de definir o interesse do representado e, portanto, oferecer elementos para a qualificação da representação como boa ou má, a contribuição de Pitkin, ao transbordar a relação de representação para fora da esfera política, acaba por depositar seu lastro fundamental nas instituições e, queira ou não, no voto. Talvez, o otimismo com a representatividade dos partidos de massa vigente na época (Manin, 1997) tenha furtado a autora a buscar uma sistematização mais rigorosa e ambiciosa da relação entre o social e o político, para além do voto, que permitisse pensar melhor a conexão entre ideias, boa representação e institucionalização.

Ao lado de Pitkin, Bernard Manin é, provavelmente, a principal referência no debate acerca da representação. Manin (1997) desenvolveu a tese das metamorfoses do governo representativo para rejeitar a suposta crise de representação que surgia na esteira do enfraquecimento dos partidos de massa na Europa e sugerir que a representação não desaparecia, mas passava a obedecer a lógicas distintas. Enquanto na democracia de partido o voto implicava em compromissos mais fortes com o eleitor e um horizonte de autogoverno se colocava pela ampliação da participação e da força do representado perante o representante, na democracia de audiência, o representante passava a gozar de mais autonomia e, portanto, a participação perdia relevância. Em um

artigo recente, Manin (2013) contesta o esgotamento do governo representativo argumentando que as instituições de mediação continuam centrais na vida política, inclusive os partidos, e que a democracia representativa não é incoerente com algum grau de influência direta dos cidadãos na tomada de decisão sobre políticas. O fundamental para o autor, porém, continua sendo a autorização formal - ou seja, o voto. As dualidades representação-participação, político-social, eleitoral-não-eleitoral são ainda explícitas em Manin.

A constatação crescente da insuficiência do voto como forma de assegurar legitimidade, aliada às inovações institucionais e das práticas políticas ligadas à representação, no entanto, têm forçado pesquisadores a superar a literatura minimalista e os trabalhos seminiais de Manin e Pitkin. Frente à descentralização dos espaços político-institucionais e à ampliação das possibilidades de práticas democráticas (Castiglione e Warren, 2006), mas também à contestação crescente dos canais tradicionais, a visão padrão acerca da representação se mostrou inadequada. Nesse sentido, uma reflexão mais vigorosa da representação política extrainstitucional - ou não-eleitoral, teve um papel importante ao arejar um debate demasiadamente circunscrito à evolução do governo representativo. Em meio à entrada de práticas participativas, como aquelas vinculadas à atuação de grupos de interesses, à advocacy e aos movimentos sociais em um universo mais plural de instituições, se tornou imperativa, por exemplo, a análise de métodos informais de autorização e *accountability* (Zarembeg, Guarneros-Meza e Gurza-Lavalle, 2017). Com efeito, o problema do antagonismo entre representação e participação tem sido evitado por parte significativa da literatura. Ecoando Plotke (1997), diversos autores têm argumentado que o oposto da representação não é a participação, mas a exclusão. Afastando esse dualismo, tornaria-se possível observar como formas de representação encorajam e canalizam formas de participação direta. Vários caminhos para essa tarefa teórica se apresentaram nos últimos anos.

Urbinati é uma das autoras que mais se destaca nesse campo. Segundo ela, a contraposição entre democracia e representação seria efeito da supremacia de uma definição “jurídica” da representação, que negaria seu caráter político e restringiria a participação ao voto. Já uma teoria política da representação estaria apoiada em um processo de circularidade entre as instituições e a sociedade e, diferentemente do esquema privado da autorização, enxergaria a representação como um processo aberto que se recria e se aperfeiçoa constantemente. O fundamental, para Urbinati, é a relação

entre Estado e sociedade mediada pela representação, informada por variadas formas de comunicação e influência que os cidadãos ativariam através da mídia, dos movimentos sociais e dos partidos políticos. “A representação política não elimina o centro de gravidade da sociedade democrática (o povo), ao mesmo tempo em que despreza a ideia de que os eleitores em vez dos cidadãos ocupem este centro, de que o ato de autorização seja mais importante do que o processo de autorização” (Urbinati, 2006). Portanto, uma perspectiva da representação como a de Urbinati atribuiria agência aos representados, dotados de um poder negativo que incorpora meios formais e informais de julgamento, investigação, influência e reprovação. A autora ainda avança no argumento e sustenta sua opção pela representação na estabilidade. Por meio da representação, a sociedade se uniria em torno de opiniões e crenças que tornam o poder um processo político informado por ideias e mediado pelo discurso. Ademais, a representação não é vista como a tradução do social no político, mas como relação capaz de promover a formação de grupos e identidades e, por consequência, inclui interesses e opiniões diversos na estrutura deliberativa. Mais que um *second best*, a representação constituiria a forma preferível de organização político-social na democracia, muito embora deva ser concebida em termos mais ambiciosos do que aqueles que restringem seus contornos a procedimentos eleitorais.

A crítica à visão mais popular da representação, atrelada a indivíduos e interesses, foi feita também com vigor por teóricas feministas - sem negar, no entanto, a capacidade da prática representativa de produzir igualdade. Phillips (2011), por exemplo, contesta a ideia da democracia participativa como solução para demandas não expressas pelos atores tradicionais. A ênfase na atividade e no envolvimento tenderia, segundo ela, a exagerar a influência dos que já têm maiores recursos de “educação, charme ou tempo”. A participação não seria, então, equivalente à igualdade, pois nem todos teriam tempo e disposição para participar, o que diminui a autodeterminação dos afetados pelas decisões coletivas. As definições últimas de um regime democrático deveriam ser submetidas a um fórum em que todos possam tomar parte. Contudo, em oposição às principais expressões liberais, o voto não é percebido, aqui, como suficiente para garantir essa premissa. Dimensões não-eleitorais como o aspecto descritivo da representação e o discurso assumem papéis fundamentais para essa corrente da teoria.

Iris Marion Young (2006) deu uma das principais contribuições feministas para o debate ao propor o conceito de perspectiva social como modo de representação, ao lado

de interesses e opiniões. Informada também pela visão descritiva da representação de Pitkin e considerando a tendência de subrepresentação de determinados grupos sociais em instituições políticas, a autora defende dispositivos que alterem esse quadro, sugerindo que a representação política “não deve ser pensada como uma relação de identidade ou substituição”. Não haveria vontade específica do povo a ser representada, mas perspectivas sociais similares e, considerando que ninguém pode estar presente em todos os organismos deliberativos cujas decisões afetam sua vida, o cidadão espera que “outros pensem em situações como a dele e as representem nos respectivos fóruns de discussão” (idem). Daí a justificativa normativa para desenhos institucionais que favoreçam a inclusão de minorias em instâncias de representação, de maneira a conectar, por meio de mediações discursivas, as dimensões formal e subjetiva da relação entre representante e representado (idem; Sanchez, 2017).

O debate sobre a representação na teoria política avançou rapidamente, portanto, nos últimos anos, rumo a considerações menos estanques do conceito. Reflexões acerca da relação entre representação formal e substantiva, representação e participação e os mundos político e social já podem encontrar algum amparo na literatura. O trabalho de Michael Saward constitui expressão significativa desse movimento. Apesar de reconhecer conquistas recentes do campo, a contribuição de Saward (2010) pode ser considerada um ponto importante de virada no pensamento sobre representação política. Crítico das distinções binárias comuns aos escritos sobre o conceito, tais quais: formal-informal, auto-autorizado-democraticamente autorizado, legítimo-ilegítimo, e liberal-discursivo, Saward afirma que a “representação é um processo de *claim-making* ao invés de um fato estabelecido pela eleição ou seleção institucional; ou, então, ela só pode vir a ser a última, caso seja a primeira” (Saward, 2010: 41 e 44). Ao olhar o representante e não a relação, Pitkin ignoraria o processo de construção do representado e assumiria que ele tem um conjunto claro de interesses anterior à relação. Saward reconhece que sempre há um referente, mas argumenta que o trabalho político real consiste em ativar a construção de *constituencies*. A existência do representante é condição para a existência do grupo representado, o que não implicaria, porém, passividade completa da audiência (idem: 55).

Se boa parte do entendimento acerca da representação subordina o político ao social, distinguindo representação simbólica e substantiva, por exemplo, Saward privilegia a dimensão política ao sugerir que ambas se constituem mutuamente (idem: 72-73). Ele

rejeita, porém, a suposta ênfase eleitoral dos trabalhos sobre representação. Ao elaborar a noção substantiva de perspectiva social, por exemplo, a abordagem feminista lhe parece ter o alcance restrito a essa esfera. A preocupação do autor com a representação não-eleitoral é justificada por tendências estruturais que constrangeriam a estabilidade da representação eleitoral. Nela, os representantes tenderiam a reduzir a *constituency* a uma identidade ou um conjunto de interesses pré-estabelecidos, quando na realidade eles são resultados de processos em movimento (idem: 92). Por outro lado, a representação não-eleitoral gozaria de uma série de vantagens, como a liberdade de não pretender representar todos os interesses ou vontades da pessoa, estar livre do tempo eleitoral, poder ser representante temporário e não ser desafiada pelas fronteiras da nação ou da *constituency*. Tendências fortes que se sobreporiam à representação eleitoral, mas que se imporiam aos regimes democráticos de hoje. Com efeito, as eleições, para Saward, devem continuar sendo um fenômeno importante em um contexto em que os *claims* são feitos e recebidos, mas os constrangimentos estruturais devem prejudicar esforços de “falar por” interesses cuja localização, configuração e renovação tendem a fugir da consideração eleitoral. Em meio à demanda crescente por autenticidade e imediatismo, a representação não-eleitoral evitaria a diferença e a distância geralmente produzidas pela lógica da autorização.

As tendências favoráveis à representação não-eleitoral são então mobilizadas pelo autor para repensar os partidos políticos, organizações inteiramente conectadas à representação eleitoral. Segundo Saward, haveria três tipos de *claim-making* para partidos: o popular, o estatal e o reflexivo. Se a lógica que estrutura relações de representação, o *claim*, não é uma novidade histórica, mudanças de ordem social teriam esgotado estratégias ligadas aos partidos de massa (popular) e aos partidos cartel ou *catch-all* (estatal). Em tempos de prevalência de representação não-eleitoral, os partidos deverão tecer relações de representação com base em um *claim-making* reflexivo, por meio do qual se apresentam como inseridos e falando por uma pluralidade fluida de interesses sociais. Os valores reivindicados deixam de corresponder a uma ideologia com contornos definidos e passam a ter um caráter processual, de deliberação e consulta, e aparecem como responsivos a novas ideias, interesses e argumentos (idem). E apesar de demonstrar vínculos profundos com comunidades e suas preocupações, dificilmente esses atores poderão se confinar a um grupo ou conjunto de interesses específicos. Por fim, embora esses partidos ainda concorram a eleições, eles

reconhecem a legitimidade de *claims* e *claimants* de não-candidatos de vários tipos e buscam incluir elementos de democracia direta, ou deliberativa, em decisões governamentais, tornando-se “mutantes” ou “híbridos” - talvez ao ponto de não mais serem reconhecidos como partidos (idem: 136).

Assim como Plotke e Urbinati, Saward questiona a distinção entre democracia direta e representativa e elege a última como *first-best-option*. Ele vai além, no entanto, ao propor enfaticamente a necessidade de superar o voto como expressão máxima da cidadania. Por se tratar de um conjunto aberto de relações que compreende os níveis societal e estatal, a representação exigiria mais do que um simples arranjo institucional. A democracia deve ser representativa por meios eletivos, descritivos, expressivos e simbólicos, de maneira a explorar dinâmicas e potenciais complexos da representação. Menos como uma coisa e mais como uma aspiração de possibilidades, a democracia é vista por Saward como um processo criativo, contínuo e constituinte de alegações sobre identidades e interesses.

É evidente o avanço que esse trabalho proporciona ao debate sobre a representação. A conexão entre os diferentes aspectos da relação ensaiada por Pitkin ganha muito mais destaque na perspectiva construtivista de Saward. No entanto, ao questionar dualidades caras ao campo, ele acaba, de forma contraditória, estabelecendo outra dicotomia: representação-eleitoral-representação-não-eleitoral. Muito embora o autor reconheça a sobreposição de ambas, ele não oferece uma reflexão sistemática sobre seus vínculos, um problema que tem sido abordado por pesquisadores preocupados com as relações de representação que se estabelecem nas instituições participativas. Zaremborg, Gurza-Lavalle e Guarneros-Meza (2017), por exemplo, desenvolvem a categoria promissora da intermediação. Os autores partem da pluralização da representação e do alargamento do conceito para pensar formas de representação estritamente não-eleitorais. Os mecanismos apresentados, porém, poderiam servir a uma perspectiva que articule as representações eleitoral e não-eleitoral. Afinal, uma noção mais ampla da representação, como sugerida por Saward, deve incluir os diversos circuitos de intermediação elencados pelos autores, quais sejam o da mobilização social, do aparato técnico-burocrático, do discurso e da importância simbólica do líder.

Um risco, contudo, que permeia a incorporação das críticas à concepção liberal da representação, do qual Pitkin escapou, mas que é comum a várias das elaborações mais

recentes, é perder de vista a noção de interesse como central para qualquer compreensão da representação política. Como registrado por Miguel, atento aos avanços da teoria deliberativa, “teorias críticas ao liberalismo diluíram o interesse em esperanças de voluntarismo teórico-político de atores individuais e coletivos” (2013: 239-40) e traçaram, muitas vezes, uma relação de mão única entre política e economia/sociedade. Autores inseridos no debate da representação esvaziaram o caráter conflitivo da política ao negligenciar dimensões substantivas e concentrar sua atenção no âmbito do discurso e da construção da relação de representação. Quanto ao debate voltado à esfera não-eleitoral da representação, Miguel valoriza o alargamento do conceito, mas alerta, de forma precisa, para a exigência de algum parâmetro objetivo de autorização e *accountability* que sustente a representação democrática e que não é, necessariamente, o voto.

Depois, portanto, de apontar formulações teóricas que avançam no sentido da diluição da dicotomia representação-participação, podemos nos questionar, por um lado, acerca do domínio sobre o campo de abordagens ainda muito marcadas por ela, como aquela de Manin. Parece plausível pensar que os esforços para desfazer esse antagonismo não foram suficientemente desenvolvidos ou devidamente incorporados pelos participantes do debate. Desde Pitkin, sugeria-se a articulação das faces substantiva e formalista da representação. Urbinati foi enfática ao rejeitar a separação entre o político e o social e resgatar noções gramscianas para pensar a relação entre ideias, discursos, interesses, Estado e sociedade. Saward foi ainda mais longe ao propor a integração das diversas visões em uma abordagem mais complexa, atenta à dimensão não-eleitoral da representação. Não obstante, Pitkin explora pouco as conexões, Urbinati não explicita os mecanismos que conectam sociedade e Estado e Saward constrói outra dualidade ao deixar de olhar sistematicamente a sobreposição entre representações eleitoral e não-eleitoral. A consideração processual da autorização e do controle, para além do voto, não recebeu a devida atenção. Por outro lado, a opção sutil e sofisticadamente elaborada de autores como Urbinati e Saward pela representação subordina a participação e acaba por recuperar o caráter elitista dos modelos liberais de democracia (Miguel, 2018: 209-210). Com efeito, frente aos desafios a uma representação que passe pela “construção da ação coletiva” e supere a mera expressão de uma vontade individual (idem: 192), tanto a participação quanto os interesses objetivos atraem, no melhor dos casos, uma atenção

contextual. Enfim, os benefícios dessas formulações para o debate teórico devem ser reconhecidos tais quais seus limites inerentes.

A busca por novos quadros conceituais acaba, normalmente, se apoiando em lógicas de abstração antagônicas (Sartori, 1970). No que concerne à representação política, a maioria das posturas teóricas tende a se mostrar parcial ao ignorar parte do que a representação é ou faz. Diante da necessidade de compreender a interdependência entre representação e participação, dos mundos político e social, das representações eleitoral e não-eleitoral, fragilmente explorada no debate, a descrição dessas interações pode se mostrar útil. A observação de experiências concretas permite a indicação de subsídios para pensarmos em um *continuum* em que disputas institucionais e práticas simbólicas de representação convivam com a participação direta e a luta extrainstitucional. Um esforço empírico com vocação teórica pode, então, se amparar em categorias já formuladas e, eventualmente, sugerir novos conceitos capazes de conectar polos que geralmente se excluem. A observação da luta extrainstitucional do MTST e suas intersecções político-institucionais, entre meados de 2013 e o início de 2018, à qual nos voltamos agora, pretende ilustrar os problemas descritos até aqui e o potencial de elaborações estranhas ao debate teórico dominante para compreender o vínculo entre práticas políticas de participação e representação.

Dos dois lados da trincheira, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

Em um cenário em que a saída para a crise político-institucional é associada, por muitos, ao fortalecimento da participação direta, organizações como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) ganharam proeminência por sua capacidade de mobilização e por sua prática política, desprovida de intermediação formal. Parte da esquerda brasileira, cética quanto às possibilidades de transformação pela via institucional, viu em atores como o MTST um potencial claro de renovação. Entretanto, desde o momento em que o movimento atraiu a atenção desses olhares marcados por junho de 2013, em especial com as mobilizações contra a Copa do Mundo, ele tem caminhado, em passos vacilantes, no sentido de uma aproximação com a política eleitoral. Além de provocar decepções, esse avanço em direção à institucionalidade tende a ser percebido como uma virada fundamental na estratégia do movimento, como

um gesto decisivo para a passagem de um lado para o outro da fronteira que separa os mundos social e político.

Contudo, parece problemático, como descrito acima, diferenciar uma estratégia da outra em termos absolutos. Embora as análises políticas costumem separar diametralmente noções de participação e representação e de luta “por dentro” ou “por fora” do Estado, essas diferenciações podem prejudicar uma compreensão mais precisa do tipo de fenômeno em vista. É o que tentaremos demonstrar com essa breve análise da suposta passagem do MTST de um movimento de moradia com repertório de ação focado na luta extrainstitucional e com atuação política periférica a um ator relevante no cenário político-institucional brasileiro. Com efeito, uma perspectiva dual, em que o discurso do movimento deixa de obedecer a um quadro interpretativo apoiado na rejeição da disputa institucional para um comprometido com ela, ignoraria as ambiguidades sempre presentes na narrativa do movimento. Se o conceito de *frame* (Gamson, 1992) parte de convenções bem estabelecidas que orientam a forma das pessoas e dos atores coletivos perceberem a realidade em que estão inseridos, o conceito de narrativa, proposto por Polletta (2006), revela como a ambivalência de gestos e palavras pode servir aos ativistas para reformar ou diluir conjuntos bem definidos de crenças e legitimar suas ações.

À sombra do lulismo, em torno do qual orbitaram as principais forças de esquerda durante os governos federais petistas, o MTST marcou sua autonomia por meio da organização de trabalhadores prejudicados pelo aumento do aluguel nas periferias das grandes cidades e de ações diretas contra governos e atores privados. Nesse período, o movimento se notabilizou por ocupações de propriedades, travamentos de vias e por uma retórica fortemente anticapitalista e de confronto com o Estado. Programas como o Minha Casa Minha Vida expressariam a subordinação do poder público ao capital imobiliário ao favorecer empreiteiras e negligenciar o problema estrutural da expulsão dos trabalhadores dos centros em direção às periferias (Boulos, 2015a [2012]). A essência da luta do MTST se dava “por fora” e contra o Estado, como indica a apresentação do movimento e de seus objetivos na cartilha do militante ainda vigente (MTST, 2015). A participação, vista como alternativa virtuosa à disputa político-institucional, foi historicamente exaltada na narrativa do MTST e atrelada à noção de poder popular, exercido diretamente e sem mediações estatais. Assim, ao negar o envolvimento direto da organização em eleições, o movimento defenderia uma

democracia real, comprometida com noções substantivas de igualdade e liberdade e “buscando superar a democracia apenas por representação, com suas limitações”, como afirma Goulart (2017 [2014])⁵. O MTST se opunha, inclusive, às instâncias participativas características das gestões petistas, tidas como “espaços de negociação que se pautam na agenda dos governos e não dos movimentos sociais” (idem) e desprovidos de um horizonte normativo de transformação radical.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto se notabilizaria, então, por restringir seu repertório a ações de confronto direto com o Estado, por rejeitar a participação em espaços institucionais de concertação e por criticar forças sociais de esquerda comprometidas com a disputa eleitoral. É o que indica a leitura de textos como a tese de Goulart, documentos internos do movimento ou relatos oferecidos pela mídia⁶. Não obstante, esses mesmos registros evidenciam aspectos contraditórios, ou simplesmente menos estanques, da prática e do discurso do movimento. Goulart, ao colocar o MTST como alternativa imediata ao PT e organizações como a CUT, que “mudaram de lado e se aliaram com a burguesia” (2011: 210), descreve o esforço do movimento em articular alianças por meio da construção da CSP-Conlutas, ligada ao PSTU, e da Frente de Resistência Urbana, cuja principal pauta era a reforma urbana. Ou seja, se a retórica do MTST, nesse período, tem tom radical, privilegia a luta por fora do Estado, veta candidaturas a cargos públicos e o envolvimento em instâncias participativas, alguma ambiguidade já pode ser observada na disposição à negociação, no envolvimento com o criticado programa Minha Casa Minha Vida, e na articulação com outras organizações, inclusive partidos políticos.

Na narrativa do movimento anterior a 2014 já é possível vislumbrar um objetivo razoavelmente delimitado: romper com a diferenciação tradicional feita pela esquerda entre organizações de base, atuantes na luta do dia-a-dia por melhorias na condição de vida, e organizações políticas, que definem sua ação não pela demanda imediata, mas por um programa estratégico. Contudo, o desenvolvimento dessa segunda dimensão da organização tinha sua forma incerta. A leitura da conjuntura ainda não sugeria a atuação por dentro do Estado, mas o acúmulo de forças deveria poder informar a conduta do poder público. Portanto, seria impreciso inserir o movimento em um registro cristalino

⁵ É importante registrar que a tese de Goulart é apontada por Boulos (2015a) como uma das principais referências sobre o MTST.

⁶ Até 2014, as matérias sobre o MTST na Folha de S.Paulo remetem apenas a protestos violentos e ocupações de terrenos.

de oposição frontal e ideológica ao Estado, pois sua prática e seu discurso aparecem, de fato, carregados de ambiguidades. As mobilizações do MTST passam a almejar, sobretudo a partir de 2013, um escopo que supera a conquista de demandas imediatas. Algo a mais despontara no horizonte, do que se trata exatamente e como será alcançado são, porém, questões ainda em aberto e cujo caráter vago é reforçado pela reivindicação reiterada de “poder popular” (MTST, 2015).

Um momento expressivo da ambiguidade que marca a relação do MTST com a disputa institucional é a posição do movimento ao longo do processo de impeachment de Dilma Rousseff. O movimento fez um esforço notável para se contrapor ao “golpe” ao mesmo tempo em que fazia críticas ao ajuste fiscal do governo petista. Em 19 de agosto, Boulos afirmava que o movimento não aceitava que ato do qual participaria tivesse como bandeira exclusiva a defesa do governo e da democracia. “Atrelamento partidário não ajuda. As manifestações são por pautas amplas e populares, compartilham de uma insatisfação com o sistema político”⁷, argumentava. Com efeito, a participação efetiva em atos contrários ao impeachment foi temperada com críticas a Dilma, ao PT e justificada por denúncias de oportunismo por parte de Cunha e Temer e pela ideia de que, embora o governo de Dilma fosse indefensável, a posse de Michel Temer seria “ainda pior para os trabalhadores”⁸. A ambiguidade da narrativa do movimento se manifesta tanto na defesa do governo quanto na defesa da estabilidade e do respeito às regras do jogo, cujo caráter democrático sempre fora contestado. Enquanto um documento interno enfatizava que “nenhum militante pode sair candidato a cargos no Executivo ou Legislativo” (idem: 15), a Frente Povo Sem Medo é lançada por iniciativa do MTST com a intenção explícita de incidir sobre a disputa institucional. Se o movimento se transformava, por um lado, em um ator político relevante no cenário nacional, por outro, a vagueza de seu discurso ainda pautava sua postura em relação ao governo, ao impeachment e à importância da democracia parlamentar. Idas e vindas descrevem melhor o processo do que a ideia de um caminho linear e progressivo no sentido da representação e da luta “por dentro” do Estado.

Em 2016, porém, a narrativa do MTST parece que evolui com mais rapidez a favor de um projeto de esquerda que, apesar de amparado prioritariamente na luta e na mobilização social “por baixo”, envolva a disputa institucional e a condução de

⁷ “Crítica a impeachment divide líderes de ato”. Folha de S.Paulo, 20/08/2015, A10

⁸ “Grupos agendam atos pró e contra saída da presidente”. Folha de S.Paulo, 04/12/2015, A7.

reformas “por cima”. O desempenho significativamente ruim do PT nas eleições municipais de outubro daquele ano acelera esse movimento e abre a oportunidade de criação de uma nova força política comprometida com eleições, mas cuja importância é reiteradamente apontada como secundária. Ou seja, se a derrocada do PT como principal força da esquerda favorecia a emergência de uma nova organização capaz de recuperar um projeto político vinculado às camadas populares e o MTST reunisse algumas condições para fazê-lo, o movimento via sua credibilidade inerentemente associada à sua capacidade de mobilização e à luta direta por moradia. Ademais, princípios e identidades construídos em torno dessa prática e de uma narrativa crítica ao jogo eleitoral constrangeriam a entrada imediata na disputa institucional. O imperativo moral (Polletta, 2006) de sua narrativa - cujo início remetia ao desamparo da população das periferias urbanas e o fim ao poder popular conquistado pela organização e a luta direta contra o Estado - dificultaria a criação de um novo partido. Não obstante, a disputa institucional deixa de ser um desvio perigoso e o repertório de recusar mediações formais. A ameaça agora vem da crise de representação e a referência se torna o partido político espanhol Podemos⁹. A narrativa de então parece muito distante do que era aquela de 2013 ou até mesmo de meados de 2015.

A ampliação do escopo da luta, ou a incorporação da disputa eleitoral no repertório de ação do MTST, evidenciada pela candidatura de Boulos à presidência, não implica, porém, uma transformação substantiva da maneira pela qual o movimento explica a realidade e a sua atuação. O mundo é, afinal, complexo para uma interpretação sustentada em opções binárias de luta “por fora” do Estado ou de transformação “por dentro” dele. A crítica à democracia representativa que o MTST historicamente desenvolveu não necessariamente vedava qualquer possibilidade de engajamento na disputa institucional. Igualmente, uma narrativa renovada e movida pela ambiguidade torna a familiar virtude da luta direta mais complexa e aberta à criação, em função da reinterpretção da história do movimento, de avaliações acerca da evolução do contexto e, sobretudo, da ênfase na conquista de direitos e na história do movimento, desprovida de oportunismo eleitoral¹⁰.

⁹ Ver entrevista de Guilherme Boulos a Mario Sergio Conti, transmitida em 24 de novembro de 2016 pelo canal Globonews, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cqZE1XbiYvU>. Acessada em 16/01/2018.

¹⁰ Ver Simões et al. (2017).

É nítido, nesse caso, que a narrativa do movimento sempre foi organizada em torno do protagonismo do povo e da luta direta como estratégia primordial para a transformação social. Com efeito, no ano em que o percurso rumo à política-eleitoral e à representação mediada pelo voto como espaço de atuação do movimento se tornou mais evidente, protestos e ocupações não foram negligenciados¹¹. De fato, as iniciativas mais amplas em termos de alianças e mais ousadas em termos de alcance político-institucional do movimento sempre demonstraram preocupação em exaltar a participação popular como um imperativo estratégico, mas também moral, para qualquer projeto. Um panfleto sobre a organização dos “Bairros Sem Medo”¹² revela como a articulação entre participação e representação é feita com cuidado retórico. Ao mesmo tempo em que aponta os riscos do “descrédito total com o sistema político” e do discurso de ódio que o acompanha (Frente Povo Sem Medo, Bairro Sem Medo: 1), o documento alega que a construção da frente Povo Sem Medo “busca agregar gente de todo o país pautada sempre pelos princípios da autonomia política, trabalho de base constante e mobilização popular” (idem: 2). De um lado, afirma-se a necessidade de resistir ao desmonte feito pelos setores que se apoderaram do controle político do Estado (sugerindo a disputa dele), pelo outro, o lastro de legitimidade que sustenta esse movimento é o compromisso com a luta com o povo e por fora das instituições. “Desde nossa fundação, a Frente Povo Sem Medo não saiu das ruas, foram centenas de atos, debate públicos e mobilizações sobre os mais diversos assuntos” (idem). Se a situação exige “amplas e profundas reformas populares que devolvam aos 99% tudo que nos foi tirado, (...) é preciso entender que a luta está em todo lugar”. Ou seja, não exclusivamente nas instituições, mas também no seu interior. A ambivalência da narrativa é evidente: “Quando despertamos para a luta do nosso dia-a-dia, começamos a entender também a importância de lutar pela política de nosso país” (idem: 3). Em outras palavras, a importância da disputa pela política (assumida como restrita à esfera institucional) se torna clara quando nos damos conta de que a política também ocorre fora das instituições do Estado. As dualidades participação-representação, mundo social e mundo político, luta extrainstitucional e disputa eleitoral não ajudam a descrever a prática política do MTST. Ao contrário, limitam a compreensão das tensões que a permeiam e que atravessam dimensões objetivas e subjetivas da formação e apreensão

¹¹ No início de 2017, o movimento ficou mais de 20 dias acampado em frente ao escritório da presidência da República na Avenida Paulista. No fim do mesmo ano, a ocupação “Povo Sem Medo de São Bernardo” ganhou dimensões significativas.

¹² Espécie de núcleos comunitários ligados à frente Povo Sem Medo.

dos interesses e preferências de sua base. Formulações teóricas negligenciadas pelo debate tradicional sobre a representação, porém, podem oferecer caminhos interessantes de reflexão.

Teorias marginais para estratégias excepcionais?

Enquanto visões dominantes da representação tendem a opor representação e participação e, portanto, a limitar o conhecimento acerca de práticas que partem exatamente da intersecção entre elas, pensadores marxistas não costumam encontrar dificuldades epistemológicas relevantes para explicar o fenômeno. Afinal, sua base teórico-conceitual articula, justamente, os diferentes aspectos dos mundos socioeconômico e político. Entretanto, ela sobrepõe as relações sociais às políticas, o que restringe a possibilidade de pensá-las de forma interdependente. E com a crescente complexidade das relações de produção, a importância do político para estabelecer visões de mundo e organizar a ação dos grupos sociais não deve ser negligenciada. Daí a importância de trabalhos como o de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, que enxergam nas relações de representação potencial significativo para transformações sociais. Em *Hegemonia e estratégia socialista*, os autores (2009 [1985]) partem da constatação de que os pressupostos ontológicos do marxismo perderam validade na sociedade pós-industrial. O antagonismo social deixaria de decorrer de relações objetivas e deveria agora se apoiar em um processo de formação de sujeitos políticos, que passa pela construção de cadeias de equivalência que conectem as prevalentes lutas identitárias. Mobilizando o conceito gramsciano de hegemonia, os autores atribuem ao âmbito político, identificado com a linguagem, a condição de articular forças sociais dispersas na constituição de sujeitos com vontades coletivas. Face ao esgotamento de concepções rígidas de estrutura e superestrutura, a disputa cultural-hegemônica é alçada como tarefa principal de atores comprometidos com a transformação.

Mais tarde, em *A razão populista*, Laclau (2013) defende a construção de uma identidade popular, que requer o estabelecimento de uma fronteira interna à sociedade e que seja capaz de dar coesão a demandas plurais. O autor recorre ao conceito de significante vazio, de inspiração lacaniana, para justificar a centralidade do líder, responsável por unir simbolicamente um grupo em torno de sua individualidade. Para

além do antagonismo, apoiado também em condições materiais, as dimensões afetivas são cruciais para a relação de representação (idem: 174-75). O populismo proposto por Laclau não é um movimento com base sociológica ou orientação ideológica específicas, mas uma lógica política, um sistema de regras que define um horizonte no qual alguns objetos são representados e outros excluídos (182-83). A linguagem deve, então, ser imprecisa e flutuante, pois responde a uma realidade social dificilmente apreendida em contornos rígidos. Com efeito, o capitalismo dos dias de hoje criaria inúmeros pontos de ruptura e antagonismo, mas somente uma sobredeterminação dessa pluralidade antagonica poderia criar sujeitos anticapitalistas (idem: 222-23). A política, portanto, não é a pura administração no interior de um quadro institucional estável, mas, *par excellence*, a construção do povo. Assim, a definição se confunde com a noção de populismo, cujo imperativo é a produção de significantes vazios que articulem a multiplicidade crescente de demandas.

Na reflexão de Laclau, o radicalismo convive e depende da representação. Em sintonia com trabalhos de autores como Saward, a representação é pensada como um “processo de mão dupla: um movimento do representado em direção ao representante e um movimento correlativo do representante em direção ao representado” em que o “representado depende do representante para a constituição de sua própria identidade” (idem: 232). Assim como Urbinati, Laclau sugere que sem a intervenção do representante, não haveria a incorporação de setores marginais à esfera pública (idem: 233). Em diálogo crítico com a visão simbólica de Pitkin, o autor ainda alega que a mobilização do afeto é fundamental para a identificação de seguidores com um líder. A representação constituiria o melhor meio para dar sentido ao que não passa de uma massa heterogênea desprovida de ação imanente e se distingue de interpretações clássicas que a concebem como algo que carrega a vontade pré-estabelecida do povo. Laclau não ignora, com efeito, a existência de demandas objetivas, mas, para ele, a democracia enquanto regime só poderia “fundar-se na existência de um sujeito democrático, cuja emergência depende da articulação horizontal entre demandas de equivalência” e resulta no “povo” (idem: 289). E a representação é a prática política capaz de fazer com que o momento universalista, em que um significado universal é dado às demandas singulares pela oposição ao *status quo*, prevaleça sobre o momento particularista, típico da participação.

Autores como Antonio Negri e Michael Hardt, por sua vez, embora preservem a distinção estrutura-superestrutura, oferecem também possibilidades para pensarmos fenômenos que, definitivamente, não estão isolados na esfera político-institucional. Ao repensar o quadro teórico pelo qual o marxismo descreve as relações sociais e vislumbra a emancipação dos trabalhadores em meio à transformação neoliberal das relações de produção, os autores elaboram conceitos como império, multidão e comum. No início desse exercício, era difícil encontrar elementos capazes de promover a reflexão acerca da representação política (Hardt e Negri, 2000). Contudo, as últimas contribuições de Hardt e Negri, notadamente *Assembly* (Hardt e Negri, 2017), apontam direções promissoras para a discussão pretendida por este trabalho. Ademais, destaca os limites de uma apreensão particular do político, comum aos avanços recentes da teoria da representação e que pode decorrer da leitura de Laclau. Embora ainda marcado pelo predomínio do mundo social, em chave assumidamente teleológica, o trabalho de Hardt e Negri desenvolve categorias que abrem margem a uma concepção mais relacional das práticas de representação e participação.

Se os livros anteriores dos autores indicavam um otimismo exacerbado com as lutas espontâneas, *Assembly* aponta um certo fetichismo da horizontalidade e sugere a reflexão acerca de novos mecanismos e práticas para a liderança. A afirmação política da imanência não deveria recusar normas e estruturas organizacionais, embora essa tarefa não caiba mais aos partidos políticos (Hardt e Negri, 2017: 7, 13). Impõe-se, então, a construção de organizações sem hierarquia, mas duradouras, como resultado de um processo dialético que articule tática e estratégia, espontaneidade e planejamento político (idem: 18). Os papéis históricos deveriam ser invertidos: “a estratégia para os movimentos e a tática para a liderança” (idem). Para isso, porém, os projetos políticos devem estar enraizados na vida social. Hoje, seria preciso mudar “nossa perspectiva do âmbito político para o social, ou melhor, casar os dois”, pois, só assim, seria possível espalhar circuitos e capacidades de cooperação e compreender que os talentos da cooperação social são uma base sólida para a organização política (idem: 40).

O poder constituinte, concluem os autores, não pode ser concebido puramente em termos políticos, mas deve ser articulado com comportamentos sociais e novas tecnologias de subsistência, resistência e transformação da vida (Hardt e Negri, 2017: 41). De tal maneira, as redes materiais de cooperação que animam a produção e a reprodução da vida social constituiriam as bases para novas formas democráticas de

organização política e institucional (idem: 42). Inserindo o político nos circuitos da vida social e econômica, a multidão o toma em suas mãos. Com efeito, ao incorporar ferramentas de produção, se apropriar de seu trabalho cognitivo e cooperativo e, portanto, ganhar autonomia em relação ao capital, a multidão produziria e reproduziria a sociedade e expandiria as possibilidades de organização política (idem: 133). A partir da observação de diversas iniciativas contemporâneas, Hardt e Negri esboçam formas de luta que combinam substancialmente as disputas institucional e extrainstitucional. Eles propõem, por exemplo, a ideia de *social unionism*, entendida como a união entre sindicatos e movimentos sociais capaz de, por um lado, transformar práticas conservadoras e extrapolar a luta dos trabalhadores para fora das fábricas e, por outro, dar longevidade e efetividade aos movimentos (idem: 148). A ideia de que estruturas de poder devem ser pressionadas por dentro e por fora, por sua vez, ganha corpo no conceito de “contra-poder”, ilustrado, por exemplo, pela relação oportuna entre os soviets e o Estado na jovem URSS (idem: 255).

Em *Assembly*, Hardt e Negri também apontam a necessária combinação do que qualificam de três estratégias primárias de transformação social: o êxodo, o reformismo antagonístico e a estratégia revolucionária. Associada à política prefigurativa de movimentos sociais que deliberam horizontalmente, o êxodo teria o potencial de ser a mudança que os movimentos querem no mundo, embora rodeados por outra realidade sobre a qual têm pouco alcance (idem: 275). O reformismo antagonístico remete à noção de guerra de posição e à luta política no campo da cultura. O processo eleitoral, aqui, é mobilizado como tática recorrente, assim como a luta direta por direitos (idem: 277). Por fim, a estratégia revolucionária, ou hegemônica, tem como desafio destruir e criar novas instituições. O argumento de Hardt e Negri é de que elas não deveriam ser pensadas isoladamente, mas podem e devem se reforçar mutuamente. A tomada do poder deveria abrir espaços para práticas prefigurativas e alimentar uma transformação das instituições que perdure a longo prazo. Por outro lado, práticas de êxodo deveriam complementar projetos de antagonismo e tomada de poder (idem: 278). Assim, as lutas se articulam por dentro e contra o sistema de governo existente (idem). Embora críticos à compreensão tradicional de representação, portanto, os autores não deixam de contemplar práticas representativas ao pensar o repertório político da multidão.

Conclusão

O compromisso analítico-normativo com algum dos polos do dualismo representação-participação é evidente também nesses esforços teóricos, o que dificulta a apreensão da conexão entre ambos sob a forma de um *continuum*. Contudo, as contribuições originais desses autores abrem possibilidades para pensarmos práticas políticas que não necessariamente correspondem à pureza dos quadros conceituais. Com efeito, ações políticas contemporâneas, como a do MTST, parecem estar apoiadas tanto na imanência das necessidades e vontades quanto na transcendência de *claims* e identidades. É por meio da combinação das dimensões simbólica da representação e substantiva dos interesses, com atenção cuidadosa ao contexto e às condições em que eles têm seus contornos definidos, que poderemos contribuir para uma observação mais precisa da sobreposição de práticas complexas de participação e representação. Não se trata de evocar um suposto ineditismo histórico¹³ ou de ignorar a atenção que esse fenômeno vem recebendo por certos campos de investigação¹⁴, mas de aprofundar o conhecimento acerca de estratégias que, indisciplinadamente, desrespeitam as fronteiras epistemológicas entre os mundos político e social e o impacto disso sobre os cânones da teoria. A prática deve, portanto, iluminar uma fórmula do agir político que, como apregoa Miguel (2018: 192), seja capaz de conciliar seus caracteres representativo, que o permite dar voz a muitos, e participativo, por meio do qual a política se torna algo mais que a mera expressão de vontades individuais.

¹³ A combinação de práticas políticas participativas e representativas não é inédita e informou boa parte da ação e da reflexão da “Nova Esquerda” dos anos 70 e 80. Em escala nacional, a história do Partido dos Trabalhadores sintetiza essa tensão.

¹⁴ Estudiosos dos movimentos sociais, como della Porta (2015) e Hutter et al, têm defendido a investigação de organizações híbridas, que combinam prerrogativas e práticas de movimentos e partidos.

Participação e representação em novas estratégias políticas: tensões práticas e desafios teóricos

Philippe Scerb

O texto apresenta os limites da apreensão convencional da representação pela teoria política para a compreensão de estratégias que combinam práticas de participação e representação. O caso do MTST é evocado para ilustrar os problemas dessa literatura e apontar possíveis caminhos de reflexão teórica.

Bibliografia

Badiou, Alain. *A hipótese comunista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

Boulos, Guilherme. *Por Que Ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*. São Paulo: Autonomia Literária, 2015a.

_____, *De que lado você está? Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2015b.

Castiglione, Dario e Warren, Mark E. “Rethinking democratic representation: eight theoretical issues”. Paper apresentado na conferência Rethinking Democratic Representation do Centre for the Study of Democratic Institutions. British Columbia: University of British Columbia, 2006.

Dardot, Pierre e Laval, Christian. *A nova razão do mundo : ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016

Della Porta, Donatella. 2015. *Social movements in times of austerity : bringing capitalism back into protest analysis*. Cambridge: Polity Press.

Errejón, Iñigo. 2015. “We the people ¿Un populismo indignado?”. *ACME*. 14 (1): 124-156.

Graeber, David. 2015. *Um projeto de democracia*. São Paulo: Paz e Terra.

Hardt, Michael e Negri, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

_____. *Multidão: Guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro, Record, 2005

_____. *Bem-Estar Comum*. Rio de Janeiro, Record, 2016

_____. *Assembly*. Oxford: Oxford University Press, 2017

Hutter, Swen, Kriesi, Hanspeter e Jasmine, Lorenzini. Forthcoming. "Social Movements in Interaction with Political Parties." In: David A. Snow, Sarah A. Soule, Hanspeter Kriesi, e Holly McCammon (org.) "The Wiley Blackwell Companion to Social Movements 2nd Edition Revised and Expanded", Malden, MA: Blackwell Publishing Ltd.

Frente Povo Sem Medo. *Bairro Sem Medo*. S/d.

Gamson, William A. *Talking Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

Goulart, Débora C. *O Anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, campus Marília, 2011. Disponível em <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/08/D-Goulart-MST.pdf>.

Inglehart, Ronald. 1977. *The silent revolution in post-industrial societies*. Princeton: Princeton University Press.

Laclau, Ernesto. *A Razão Populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

Laclau, Ernesto e Mouffe, Chantal. *Hégémonie et stratégie socialiste*. Paris: Les Solitaires Intempestifs, 2009.

Manin, Bernard. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press New York, 1997.

_____. "A democracia do público reconsiderada". *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 97, p. 115-127, 2013.

Miguel, Luis Felipe. *Democracia e representação: territórios em disputa*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

_____. "Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória". São Paulo: Boitempo, 2018.

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Cartilha de Princípios, 2015

_____, Programa de ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - Construindo o poder popular. São Paulo. s/d. mimeo.

Pateman, C. *Participation and Democratic Theory*. Londres: Cambridge University Press, 1993 [1970].

- Phillips, Anne. "O que há de errado com a democracia liberal?". *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 6, p. 339-363, 2011
- Pitkin, F. Hanna. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- Plotke, David. "Representation is democracy", *Constellations*, vol. 4, n. 1, 1997
- Polletta, Francesca. "'It Was Like a Fever...': Narrative and Identity in Social Protest". *Social Problems*, Vol. 45, n. 2, 1998.
- _____, *It Was Like a Fever: Storytelling in Protest and Politics*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- Rehfeld, Andrew. *The Concept of Constituency: Political Representation, Democratic Legitimacy, and Institutional Design*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- Rosanvallon, Pierre. *La contre-démocratie : la politique à l'âge de la défiance*. Paris: Seuil, 2006.
- _____, *La société des égaux*. Paris: Seuil, 2011.
- Sanchez, Beatriz Rodriguez. "Representação política das mulheres: uma revisão crítica da bibliografia". *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, v. 1, p. 103-117, 2017.
- Sartori, Giovanni. "Concept misformation in comparative politics". *The American Political Science Review*, Vol. 64, No. 4, pp. 1033-1053, 1970.
- Saward, Michael. *The representative claim*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- Simões, Guilherme; Campos, Marcos; e Rafael, Rud. *MTST 20 anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- Urbinati, Nadia. "O que torna a representação democrática?". *Lua Nova*, n.67, pp.191-228, 2006.
- Young, Iris Marion. "Representação política, identidade e minorias". *Lua Nova*. n.67, pp.139-190, 2006.
- Zaremberg, Gisela; Guarneros-meza, Valeria; Gurza Lavalle, Adrian (Ed.). *Intermediation and Representation in Latin America - Actors and Roles Beyond Elections*. London: Palgrave, 2017.

